



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA LÚCIA PIEDADE DOS SANTOS

**OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVAS: NAS
CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA FUNDAC EM
SALVADOR**

Salvador- Bahia
2017

ANA LÚCIA PIEDADE DOS SANTOS

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA FUNDAC
EM SALVADOR

Trabalho de conclusão de curso de graduação em
Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade
Federal da Bahia, como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Jacqueline Samagaia.

Salvador-Bahia
2017

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO ESPAÇO PÚBLICO	14
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS COM RETROCESSO DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	14
2.2 Esvaziamento do dever do Estado na efetivação dos direitos conquistados	18
2.3 A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	25
3 OS REBATIMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FUNDAC	29
3.1 BREVE HISTÓRICO DA FUNDAC	29
3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA FUNDAC	31
3.3 O CAMINHO METODOLÓGICO	38
3.4 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	39
3.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	42
3.5.1 <i>Com relação à terceirização no serviço público como um dos instrumentos para precarização social do trabalho nos espaços ocupacionais da instituição pública</i>	44
3.5.2 <i>O desmonte da instituição pública na atualidade, para legitimar transferência da gestão e execução das suas atividades para o setor privado</i>	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
5 REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO COM OS ESTATUTÁRIOS	

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos seres Divinos que guiaram meu caminhar.

Agradeço a minha família e os amigos que sempre acreditaram em mim.

Agradeço minha orientadora, Jacqueline Samagaia pela solidariedade e compromisso enquanto orientadora.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho que participaram das entrevistas.

Entendo que este trabalho é resultado das minhas experiências de vida acadêmicas e extra acadêmicas, sendo que ele reflete a experiência que foi construída ao longo do curso de Serviço Social. Por isso, agradeço aquelas professoras do curso que de maneira respeitosa compartilharam seus conhecimentos, incluindo aqui a experiência no campo de estágio na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE).

Agradeço também às colegas-amigas que ganhei no curso.

Obrigada!

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa em que buscamos identificar como se processa a reestruturação produtiva nas condições de trabalho dos servidores efetivos Fundação da Criança e do Adolescente- Fundac, em Salvador/BA, marcada pela precarização social do trabalho. Utilizamos para nortear teoricamente nosso caminho, as discussões de Ricardo Antunes, Graça Druck, Mauro Iasi, Elaine Behring, Milton Santos, Carlos Montaña, Marilda Iamamoto, Minayo, Gasporotto, Alessandra Matos, Maurilio Mendes, Ivete Silva Simionatto, Edith Seligmann Silva, que destaca a ação conjunta da flexibilidade e da desregulamentação dos contratos de trabalho na efetivação da precarização do trabalho. Apresentamos a Fundac, sua criação e as leis que norteiam suas ações direcionadas aos adolescentes. Como resultado do trabalho de campo, trazemos a análise das entrevistas realizadas com cinco servidores que trabalham diretamente com adolescentes em conflito com a lei, seguidas da transcrição de alguns relatos. Depois da análise final, mostramos como a precarização social do trabalho é evidenciada pelos trabalhadores nos relatos, quando trazem os baixos salários, os ataques a identidade individual e coletiva dos funcionários públicos por parte do Empregador e o processo em curso de terceirização dos serviços que fragiliza ainda mais os trabalhadores estatutários desta instituição.

Palavras- chave: Precarização, Estatutários, Fundac, Terceirização

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de estudo se constitui em uma análise sobre a forma com a qual o processo de reestruturação produtiva, que molda as atuais formas de organização do trabalho, impacta nas condições de trabalho dos funcionários estatutários da Fundação da Criança e Adolescente – Fundac, em Salvador/BA.

A temática escolhida foi provocada a partir de dois fatos: primeiro deles se constituiu através dos relatos dos servidores desta instituição sobre a maneira do órgão interagir com seu quadro funcional, sendo a autora deste estudo também parte integrante deste quadro. Estes relatos, inicialmente obtidos em conversas informais e em reuniões coletivas, têm como denominador comum a identificação de práticas de desvalorização dos servidores por parte do empregador, gerando sentimento de indignação, revolta, desmotivação e descrença, tanto em relação ao papel do Estado (o empregador), quanto à possibilidade de reação da classe trabalhadora à condição imposta e que vai refletir na saúde do trabalhador.

Neste contexto, são realizados questionamentos recorrentes por parte dos servidores, referente ao desrespeito e as perdas de direitos. Processo este, iniciado na década de 2000 e que vem sendo aprofundado com adoções de medidas ditas de “contenção de despesas”, as quais são baseadas em perdas salariais para o trabalhador implicando no sucateamento da instituição. Estas medidas vão impactar de maneira prejudicial nas condições de trabalho e nas outras esferas sociais, que vão além do espaço ocupacional deste trabalhador, situação que revela a condição de precarização social do trabalho.

Levando em consideração que a Fundac é a principal instituição estadual ,responsável pela gestão e execução da política social direcionada ao adolescente em conflito com a lei na Bahia, ou seja, pela ressocialização desses adolescentes, cujo a maioria é filho da classe trabalhadora , o segundo fato que provocou a escolha do tema e que é bastante crítico, é a pouca visibilidade da instituição, em especial a condição de trabalho dos seus trabalhadores , por parte da sociedade, situação que vai favorecer a implementação de mudanças que vão afetar a qualidade dos serviços prestados.

Percebemos, na aproximação com o tema, que a condição de trabalho do servidor público efetivo é pouco explorada por pesquisadores nas abordagens sobre precarização social do trabalho, prevalecendo o olhar voltado para as condições de funcionários terceirizados, situação que vai refletir na dificuldade em encontrar material de estudo. No entanto, estes trabalhadores também estão submetidos à estas condições das mudanças do mundo do trabalho.

A Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, criada em 1991 com a finalidade de executar a política de atendimento à criança e ao adolescente envolvidos em ato infracional e também aqueles em situação de abandono, é oriunda da transformação da Fundação de Assistência a Menores do Estado da Bahia – FAMEB. Hoje a instituição é o órgão¹ responsável pela gestão da política de atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação no estado da Bahia. Acolhe adolescentes entre 12 e 21 anos incompletos, realizando o atendimento socioeducativo de acordo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-Sinase (Lei nº. 12.594/2012).

Na dinâmica de suas atividades voltadas para o seu público alvo, a instituição se apresenta na defesa de princípios como “a qualidade do serviço prestado e a promoção e universalização dos direitos humanos”². Entendemos que para a efetivação deste princípio, a instituição deve incluir seu quadro funcional, propiciando condições dignas de trabalho que englobem melhorias salariais, mas também valores imateriais que perpassam pelo respeito ao trabalho realizado pelo servidor na instituição.

Nesta direção, defendemos a presença de uma forma de trabalho decente, em conformidade como o conceito de trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que descreve o trabalho como

a ferramenta fundamental para promover a superação da pobreza, a governabilidade democrática e o desenvolvimento dos países. E não qualquer trabalho, mas um Trabalho Decente, isto é, um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, livre de quaisquer formas de discriminação e

¹ Denominação conforme o site oficial da FUNDAC (http://www.fundac.ba.gov.br/?page_id=8) no dia 29/07 2017.

²Retirados do site oficial da FUNDAC (http://www.fundac.ba.gov.br/?page_id=8) no dia 29/07 2017.

capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.(OIT. 2012, p.1)

No conceito defendido pela Organização Internacional do Trabalho fica evidente a preocupação em proteger os direitos dos trabalhadores contra a exploração, visando garantir condições adequadas de trabalho. O que se torna um desafio dentro de um contexto de reestruturação produtiva, em que os trabalhadores têm sua segurança de garantia dos direitos sociais ameaçada pela precarização em curso.

Acreditamos que a situação relatada pelos trabalhadores da Fundac é resultado das novas configurações do modo capitalista de produção as quais, segundo Druck (2011,p.41), caracterizam a nova fase do capitalismo contemporâneo. Este processo de reestruturação produtiva vai se desenvolver com perdas para a classe trabalhadora, sendo que a precarização social do trabalho é um dos mecanismos utilizados para efetivar as transformações sociais as quais vão atender o interesse do capital na sua atual configuração, compreendida como estratégia central do modo de produção capitalista na sua fase flexível.

A precarização do trabalho, segundo Fernandes (2010, p.1)

Refere-se ao surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho. Nesse processo, novas bases institucionais para o desenvolvimento do capitalismo apareceram. O sistema econômico, antes centrado no capital industrial, passou a se basear em modelos flexíveis de produção, com destaque ao capital financeiro.

Na sua abordagem sobre as mudanças que estavam processando no mundo do trabalho nas últimas décadas, decorrente do movimento do Capital em criar novas formas de organizar o seu modo de produção, diz Antunes que (2000, p.40)

inserem-se na busca de uma saída para a atual crise do capitalismo, visualizando em seu interior uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado.

Estas mudanças vão resultar em perdas de conquistas históricas da classe trabalhadora abrangendo, tanto aqueles que estão inseridos no mercado do trabalho, quanto os desempregados, em um contexto em que predominam os processos da reestruturação produtiva, marcado pela flexibilização das leis trabalhistas.

Percebe-se que a precarização vem sendo construída e instalada, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, materializada de formas diversas, tendo várias implicações nas condições de trabalho, entre elas na diminuição de vagas de trabalho, provocando aumento do trabalho informal, sem as garantias trabalhistas conquistadas historicamente. Por outro lado, os trabalhadores formais vivenciam momentos de apreensão diante da não estabilidade provocada pela flexibilização das leis trabalhistas e pelo fato da existência de mão de obra excedente, que permite ao empregador impor regras que vão significar precarização nas condições de trabalho, situação propícia para coagir o trabalhador a aceitar as disposições de trabalho adversas.

Esta estrutura tem o Estado como aquele que promove , que vai usar a máquina pública para viabilizar e legitimar as transformações que sejam adequadas aos interesses do mercado, pois mudanças que vão significar perdas para o trabalhador só serão possíveis com as alterações nas regulamentações trabalhistas e no próprio processo de gestão do setor público, envolvendo então, a ação dos poderes: executivo, judiciário e legislativo quanto a implantação de medidas que vão flexibilizar, tanto as relações de trabalho ameaçando as conquistas da classe trabalhadora, quanto também a relação do Estado com a iniciativa privada.

As alterações que vão favorecer o mercado no seu objetivo central, que é o de continuar obtendo altos níveis de lucro, chegam a esfera pública por meio de estratégias do Estado e do Mercado os quais, na defesa dos seus interesses, vão buscar legitimar as mudanças no espaço público como por exemplo, com a criações de leis que vão permitir a ampliação da terceirização e da privatização dentro da instituição, como bem aponta Behring (2008), ao analisar as mudanças ocorridas na década de 1990 no Brasil. Segundo a autora, para concretizar essas mudanças no Estado, são difundidas e reproduzidas na sociedade ideias e valores da classe dominante como mecanismo de manutenção desse status e de

aceitação, por parte da sociedade, ou seja, isso ocorre através da difusão do discurso ideológico neoliberal defendido pelo Governo em que a coisa pública é apresentada para toda a sociedade como sinônimo de desperdício e ineficiência, representando gastos para sociedade e que os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 contribui para esta condição. Pois para eles, conforme a análise de Behring (Idem, p.180)

A Constituição, desse ponto de vista, engessou o aparelho do Estado por meio de algumas medidas: a extensão das regras burocráticas para empresas estatais e administração indireta, o regime jurídico único, a estabilidade para os servidores civis e aposentadoria integral no serviço público. Dessa forma, a Constituição cria privilégios e desprestigia a administração pública, além de aumentar o custo da máquina.

Como resposta a um suposto "caos", são apresentadas medidas salvadoras como por exemplo, o ajuste fiscal, que implica em propostas de diminuição do Estado em sua função social. Em sua abordagem sobre os impactos da crise do capital sobre as políticas sociais alavancadas pelo Estado, Behring (2009, p.10) diz que "as políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados". Ocorre também que a importância dessas políticas passa a ser questionada pelos setores que defendem o enxugamento do Estado, dificultando o investimento das mesmas.

A partir da adoção pelo Estado de medidas que vão significar, na prática, a diminuição de investimentos nos serviços públicos, e, portanto, também nas condições de trabalho dos servidores, são organizados processos como os que incluem a terceirização dos serviços e a privatizações das instituições públicas as quais transferem sua responsabilidade de garantir as necessidades sociais para a iniciativa privada, perdendo, então, o caráter de direitos sociais (reconhecidos assim, por serem frutos de lutas sociais e serem viabilizados através de políticas sociais com os impostos pagos pela classe trabalhadora) e passando a ser visto como fruto da caridade praticada por voluntários ou como mercadoria que é vendida pelo mercado.

Esta conjuntura vai se materializar, para os trabalhadores de instituições públicas como a Fundac, em perdas salariais, no retrocesso de direitos

adquiridos, no enfraquecimento de organização do(a)s trabalhador(a)s e nas cobranças de produtividades decorrentes de atribuições impostas que não seriam do cargo específico ocupado pelo trabalhador(a), caracterizando, muitas vezes, como “desvio de função”. Outra condição que vai tensionar esse espaço de trabalho é a intensa terceirização que está instalada na Fundac de forma muito enraizada, fato que motivou ação no Ministério Público contra a instituição em relação ao contrato com uma das tantas empresas que prestam serviços à instituição, situação debatida em reunião das categorias com a presença da promotoria, momento em que se esclareceu a condição irregular desta relação de terceirização praticada pelo órgão em que os trabalhadores terceirizados desempenham funções que seriam de competências dos servidores efetivos. Nessa ocasião, foi apresentado a defasagem quantitativa de efetivos que são 539 trabalhadores enquanto os terceirizados são 1800 trabalhadores. Dados referentes a esta desproporção entre trabalhadores estatutários e terceirizados também estão presentes no plano decenal de atendimento socioeducativo do Bahia³, referente ao período 2015-2024, elaborado em 2015.

Esta realidade não é surpresa uma vez que o último (e único) concurso da instituição Fundac ocorreu exclusivamente para profissional de nível médio, que juntamente com os outros estatutários já existentes, iriam compor o quadro de efetivos da instituição, o qual, em 2008, era de 790⁴ servidores. Anterior a este concurso, o vínculo dos trabalhadores não estatutário era através de contrato direto com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia. Esta informação foi revelada por uma servidora, que antes de ser efetivada trabalhou na Fundac por cinco anos e, em 1996, participou do processo seletivo, ingressando como estatutária⁵.

A partir desse contexto, este trabalho tem como objeto de estudo os impactos da reestruturação produtiva nas condições de trabalho dos trabalhadores efetivos da Fundac em Salvador. Assim, pretendeu-se analisar as

³Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Bahia 2015, instrumento legal previsto no SINASE, construído com a participação de profissionais das secretarias do Estado e do município, da Fundac, da Justiça e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. É um instrumento que estabelece estratégias de ações integradas para a execução das medidas necessárias ao atendimento deste público.

⁴Dados obtido no Relatório Auditoria do Tribunal de Contas do Estado 2008. Disponível em https://www.tce.ba.gov.br/images/controle_externo/auditorias/5046_relatorio.pdf em 05 de agosto de 2017

⁵Entrevista realizada no dia 26 de maio de 2017.

condições de trabalho nas quais estão submetidos os servidores da Fundac, particularmente os pertencentes ao quadro de nível médio, porque a precarização é ainda maior para este(a) trabalhador(a), pelo fato da não existência de um plano de cargo de salário e de alterações na estrutura de cargo que os deixam mais desprotegidos em relação aos profissionais de nível superior, dificultando assim, a negociação com o empregador.

Temos, então, como objetivo deste trabalho, analisar os efeitos das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva no cotidiano de trabalho dos servidores efetivos da Fundac. Para isso, buscamos levantar como se caracteriza a reestruturação produtiva na Instituição, identificando junto aos servidores a trajetória do processo de precarização dos seus direitos trabalhistas que vai impactar nas suas condições de vida. Nesta perspectiva, visamos identificar junto aos servidores, estratégias de enfrentamento desta situação de precarização e da desvalorização do serviço público.

Para realização da pesquisa que subsidiou este estudo, adotamos a pesquisa qualitativa pois, as transformações que propomos desvendar envolvem significados que não podem ser quantificados em números pois se expressam em significados, crenças e valores. Conforme Minayo (2015, p.22), "[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Este nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados".

Para alcançarmos nossos objetivos, realizamos um levantamento bibliográfico sobre reestruturação produtiva e os impactos no serviço público. Utilizamos também a pesquisa documental, acessando documentos da Fundac e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Na atividade de campo realizamos entrevistas com trabalhadores estatutários da Fundac, tanto da geração anterior ao concurso de 1996, quanto os concursados, por apresentarem experiências diferentes nos espaços de trabalho. Além das entrevistas com os servidores, levantamos junto à instituições como o Tribunal de Contas do Estado, dados sobre processo de precarização instalado na Fundac, objetivando melhor identificar realidade dos espaços ocupacionais dentro da Fundac. Toda esta discussão, assim como as reflexões aqui realizadas visam compreender melhor

estes processos e buscar caminhos de criação de mecanismos de fortalecimento da classe trabalhadora e a valorização do serviço público.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira seção tratamos o processo histórico da reestruturação produtiva e suas particularidades no Brasil, tratando também dos impactos destas mudanças no serviço público.

Na segunda seção buscamos trazer um breve histórico sobre a criação da Fundação da Criança e do Adolescente e do público atendido pela instituição, apresentando um breve histórico sobre como o Estado percebia as crianças e adolescentes pobres, identificando a partir de documentos legais direcionados a este público; as transformações que foram ocorrendo, provocadas por mobilizações sociais que desembocaram na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; e seus desdobramentos nas instituições de internação para adolescentes infratores. Assim, contextualizamos a Fundac nesta trajetória.

Logo em seguida, na terceira seção, abordamos as particularidades do processo da reestruturação produtiva na Fundação da Criança e do Adolescente em Salvador e as possibilidades de resistências dos trabalhadores visando assegurar e/ou ampliar direitos. Para isso apresentamos os resultados e as análises das entrevistas realizadas junto aos trabalhadores. Buscamos apresentar a Fundac enquanto espaço ocupacional, discutindo como se processa a correlação de força entre servidores efetivos e instituição na caminhada por preservar e garantir direitos trabalhistas.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO ESPAÇO PÚBLICO.

Nesta seção, trataremos da análise do processo de reestruturação produtiva com recorte nos seus desdobramentos nos serviços públicos. Utilizamos como base teórica autores como Ricardo Antunes, Graça Druck, Carlos Montaña, e Elaine Behring.

2.1 As Transformações nos espaços ocupacionais com retrocesso de direitos dos trabalhadores

A abordagem do tema perpassa inicialmente por uma análise do processo de reestruturação produtiva que provocou e provoca transformações nas relações sociais, em especial aquelas presentes no processo de trabalho. Se recorrêssemos ao dicionário Michaelis⁶, o termo reestruturação significa "Dar nova estrutura; tornar a organizar, inserindo novos elementos; recompor, reorganizar". Entre os autores que vão problematizar esta condição no mundo trabalho, tem-se Antunes(2000) o qual, contextualizando a reestruturação produtiva, apresenta como referência de seu estudo as "transformações ocorridas no mundo do trabalho" nos países de capitalismo avançado, especialmente na década de 1980 do século XX. Em sua análise, que tem como objetivo questões relacionadas a dimensão, o significado e consequências destas mudanças tanto nos espaços das fábricas, como nas relações sociais no mundo do trabalho, na política e principalmente nos direitos dos trabalhadores, o autor expõe as características do modo de produção predominante denominado de "acumulação flexível", seguindo Harvey (1995). Este modo de produção coexiste com outras formas de trabalho, as quais, a partir da década de 1980, vão dividir espaços como o modo de produção flexível, destacando-se o toyotismo como modelo japonês que vai provocar impactos nas relações de trabalho e na organização da classe que- vive do-trabalho⁷.

⁶<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Xp3Ne24/06/2017>

⁷Por classes que vivem do trabalho, o autor defende uma perspectiva contemporânea da classe trabalhadora, que compreende todos aqueles que vendem sua força de trabalho; incluindo os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; o proletariado precarizado sem direitos e também os trabalhadores

Na análise deste processo que inicia nos países centrais, Antunes enfatiza que não há uma substituição de um modelo de produção pelo outro de maneira homogênea e sim, que esses países vão registrar a presença de diferentes formas de organização do trabalho. Antunes apresenta os elementos constitutivos tanto do fordismo quanto do modelo japonês, o toyotismo, para que se perceba as diferenças essenciais que irão transformar o ambiente de trabalho, provocando extinção de alguns espaços ocupacionais e impulsionando o surgimento de novos serviços.

Com relação ao fordismo, que foi um dos modelos de produção iniciado por volta de 1914 que predominou até início dos anos 1970, os seus elementos básicos

eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. " (ANTUNES 2000, p. 25)

Já o modelo de produção japonês, o toyotismo, que começa por volta de 1973,

[..] ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque)(ANTUNES,2000, p. 34)

No Toyotismo que deu base/ sustentação para a produção flexível e predominou nas últimas décadas, tanto a produção quanto ao consumo passa a ser flexível, sendo que, para atender esta lógica, o trabalhador tem seus direitos flexibilizados e as relações sociais de trabalho alteradas. Assim, conforme Antunes (idem, p.34)

Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor "qualidade", é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. É a chamada "polivalência" do trabalhador

Os distintos elementos constitutivos dos processos de trabalho apresentado por Antunes (2000) possibilitam identificar que o interesse dos proprietários não era mais baseado na produção em massa, consumida principalmente pela própria classe operária, a qual precisava ter uma remuneração que permitisse este consumo. Porém, com os modelos flexíveis, a produção se apresenta diversificada, tendo como base a demanda. Assim, conforme a nova lógica capitalista, seus consumidores são delimitados e diversificados; novas necessidades são criadas para garantir o consumo, e conseqüentemente os lucros dos proprietários, constituindo assim, uma realidade em que o consumo e a produção de bens passam a ser flexíveis. O que vai fomentar o surgimento desta nova ordem foi a crise de 1970 e suas conseqüências nos anos seguintes, os quais ameaçavam a lucratividade dos capitalistas.

Um dos elementos que foi decisivo para as mudanças do modelo fordista para a produção flexível é o avanço tecnológico, sendo que, se por um lado aumentou produtividade das empresas, por outro lado diminuiu o quantitativo de trabalhadores inserido no mercado de trabalho, pois algumas atividades laborais passam a ser executadas por máquinas que são operadas pelo trabalhador requerendo um quantitativo menor de trabalhadores que por sua vez passam a desempenhar múltiplas funções, operando várias máquinas. Percebemos então, que na inovação de gestão do modelo de produção capitalista a opção é utilizar os avanços tecnológicos para o benefício da classe burguesa e não para o crescimento de toda a sociedade, conforme sinaliza Santos(2015, p 64-65)

É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando este progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade.

Outra consequência levantada é a defasagem de algumas atividades laborais para a nova demanda do mercado. Neste novo paradigma, os diretos trabalhistas são compreendidos pelos capitalistas como entraves e uma das estratégias usadas por eles para desestabilizar os operários, foi o enfraquecimento dos sindicatos, conforme apresenta Antunes (2000, p.33)

Essa foi a condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa e, em particular, da Toyota. Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade

O enfraquecimento dos sindicatos devido a perda de autonomia, com seus líderes cooptados e com ganhos materiais que não se estendiam a maioria dos trabalhadores, são práticas japonesas que serão adaptadas por outros países, minando as ações de controle social destas instituições, que para Antunes (2000, p.43), "tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital" pois as articulações de combate à exploração sofrida pela classe trabalhadora passam a ser articuladas em conformidades com os limites da ordem estabelecida.

As transformações vão se concretizar na diminuição de trabalhos em fábricas e no aparecimento de outro campo de trabalho, o de serviços, registrando também a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sendo que estas serão marcadas pela maior precarização das condições de trabalho.

Compreendemos que foram mudanças estabelecidas e implementadas pelos países do capitalismo avançado que vão extrapolar fronteiras geográficas e do tempo, chegando até a realidade dos trabalhadores brasileiros, adaptadas conforme os interesses ideológicos do Mercado e das elites econômicas e políticas brasileiras.

2.2 Esvaziamento do Dever do Estado na Efetivação dos Direitos Conquistados

A reestruturação produtiva como se apresenta hoje, vem tendo como mola-mestre a fragilização das condições de trabalho. Neste sentido, Druck (2011) concentra sua análise na precarização social do trabalho e nas novas reações da classe trabalhadora. Seu caminhar investigativo está inserido dentro de uma proposta de utilização de instrumentos teóricos e metodológicos que melhor desvele a realidade analisada, contextualizando as categorias escolhidas no tempo e no espaço, trazendo então a dimensão histórica (econômica, política e social) que estão inseridas essas categorias, mostrando como o passado se faz presente na atualidade como *"novos e velhos desafios"*.

Baseado em Druck, podemos identificar que a precarização social do trabalho, que é uma condição criada pela classe dominante (aquela que detém o poder econômico e político), não é uma construção da atualidade e sim, que ela vem sendo construída ao longo da história do capitalismo como um dos mecanismos de manutenção da sua hegemonia política, econômica e social. Nas possibilidades de quebra de seus ganhos e lucros, como as decorrentes da crise dos anos 1970 do século XX, as classes dominantes se articulam para manter-se como tal. Desse modo, na atual fase do capitalismo, a precarização social do trabalho é um exemplo do resultado dessa articulação.

Assim, é o processo de acumulação ilimitada de capital que comanda a sociedade, numa busca insaciável pelo lucro, pela produção do excedente, cada vez mais estimulada pela concorrência intercapitalista no plano mundial.(DRUCK,2011, p.39)

Ressalta Druck (2011) que nessa busca pelo lucro diferentes padrões de acumulação foram estabelecidos, refletindo no campo econômico, político e social, as tensões existentes na sociedade que, de acordo com as correlações de forças estabelecidas entre os diferentes segmentos sociais, vão avançar ou retroagir direitos para a classe trabalhadora. O poder de pressão da classe trabalhadora e a organização de grupos sociais vão conquistar por exemplo, a garantia de direitos sociais na Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, a precarização está presente na vida do trabalhador de diferentes maneiras. Podemos ter clareza de como ela se apresenta para a classe

trabalhadora a partir do trabalho de Druck (2011) no qual ela apresenta a descrição de tipos de precarização. Entre os tipos levantados, destacamos os seguintes

Segundo tipo de precarização: intensificação do trabalho e terceirização. [...]é encontrado nos padrões de gestão e organização do trabalho – o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (2011 p. 48)

Identificamos que um dos instrumentos utilizados para que o trabalhador seja coagido a aceitar o aumento de trabalho, é o medo do desemprego. Relacionando este tipo de precarização a realidade do estatutário, a "adesão" ao cumprimento do aumento das demandas de trabalho que não se processa pelo medo do desemprego, vem sendo fomentada pelo empregador, o Estado, a partir de estratégias como o uso do discurso de "vestir a camisa da empresa", enquanto prova de comprometimento do servidor com o serviço, nessa panorama, a aceitação está relacionada também pelo receio de ser transferido para outra unidade ou também decorrente do sucateamento das instituições, o que leva muitos trabalhadores a se sentirem no dever de fazer sua "parte" para que o serviço aconteça. Neste contexto, o seu compromisso com o trabalho está acima do dever do Estado em dar condições materiais para que o serviço seja efetivado com qualidade. Aqui, podemos citar, conforme Druck,

Terceiro tipo de precarização social: insegurança e saúde no trabalho [...]resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas (ibid., p.49).

Conforme a autora, a constatação deste tipo de precarização fica evidenciado no aumento de acidente de trabalho no Brasil, mesmo levando em consideração que nem todos acidentes são registrados. Outro ponto é o transtorno mental e comportamental à que estão sujeitos os trabalhadores pelas cobranças excessivas e pela insegurança dentro do ambiente de trabalho decorrente da inovação na gestão. Seguimos com a mesma autora então para o "quarto tipo de precarização social: perda das identidades individual e coletiva"(ibid., p.50). Nesse ambiente, há pouco espaço para solidariedade entre

os trabalhadores, condição que dificulta a organização do coletivo, como ocorre na Fundac.

A diminuição do quadro de servidores é um dos instrumentos para que a identidade coletiva seja enfraquecida, somado a este fato, constata-se a baixa adesão ao sindicato. Seguindo nesta análise, segundo a mesma autora

O quinto tipo de precarização pode ser identificado nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles próprios, da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos, criada, principalmente, pela terceirização (Idem, p. 52)

Podemos deduzir que a precarização da perda da identidade individual e coletiva e a precarização que se expressa nas dificuldades da organização sindical tem uma relação direta, estão interligadas pois, o enfraquecimento das relações sociais no ambiente de trabalho vai criar barreiras para a efetivação das organizações coletivas.

Mesmo com estas situações adversas a organização coletiva, a autora destaca que a reação da classe trabalhadora se faz presente em atos como greves e passeatas. E, finalizando, a autora apresenta o último tipo de precarização, trazido na sequência, como o sexto tipo de precarização social do trabalho, expresso na “condenação e o descarte do Direito do Trabalho” (Ibidem, p. 52)

A partir da análise da autora identificamos que esta precarização é marcada por ataques ao direito do trabalho, sendo que este ambiente provoca debates entre os que defendem a garantia dos direitos trabalhistas conquistados e do outro lado aqueles que os condenam como atrasados para a nova realidade flexível e globalizada, posição que continua ganhando força e trazendo perdas para os trabalhadores, como a recém aprovada a reforma trabalhista, Lei 13.467/2017 (13 de julho de 2017)⁸.

⁸Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm

Os caminhos trilhados para identificar como os tentáculos do sistema capitalista, na sua fase flexível, envolveram e transformaram a realidade da classe trabalhadora no Brasil, foram norteados pelas reflexões de alguns teóricos tais como, Behring (2008,2009), Druck (2011,2016), e Montaña(2010). A partir deste levantamento e de conhecimentos adquiridos na trajetória acadêmica, identificamos que, historicamente o Brasil, pela sua posição de país em desenvolvimento, encontra-se em posição de dependência em relação aos países mais desenvolvidos economicamente.

Esta condição que foi construída ao longo da nossa história, permite que as burguesias dos países capitalistas centrais, aliados com as elites econômicas e políticas locais, incorporem à realidade brasileira valores e práticas neoliberais. O fortalecimento dos países de economia central perpassa pela exploração dos países de economia periférica. Deste modo, na América Latina este processo tem como um dos instrumentos de dominação as "recomendações" do Consenso de Washington⁹. Entre as recomendações encontram-se a flexibilização das leis trabalhistas, privatizações das empresas estatais, abertura comercial e econômica dos países, a disciplina fiscal (diminuição de investimento em políticas sociais, não realização de concurso público etc.). Todas atendendo o interesse do Mercado, que como forma de persuasão vinculava a adoção das recomendações à liberação por mecanismos Internacionais de investimentos locais, somada aos interesses das elites econômicas e políticas de países periféricos (PENA, 2016). Como resultado deste processo, prevalecem benefícios para o setor privado e, em contrapartida, as ações do Estado voltadas para o interesse geral da população são norteadas a partir desta relação com mercado.

Behring (2008) faz uma análise histórica e social desta situação no Brasil, a qual vai trazer modificações gerenciais dentro Estado e nas relações sociais no país, mas que serão apresentadas pelas elites e pelos representantes do Estado como necessárias para o bem da sociedade. Estas ideias estão condensadas no

⁹Encontro ocorrido no ano1989, em Washington, direcionado para os países periféricos. Nesse encontro, foi descrito uma série de recomendações visando a implantação das ideias neoliberais nos países da América Latina, para garantir expansão das ações do grande Capital.

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado¹⁰. A autora apresenta o receituário imposto pelos países de economia central aos países em desenvolvimento, que se fundamentam em privatizações, transferências do dever do estado na oferta de oferta serviços básicos para ONGs, OSCIPs, mudança no tempo de aposentadoria do servidor público, importação de práticas de empresas privadas para o ambiente estatal, e não realização de concursos públicos que tem como contrapartida a terceirização da mão obra. Falando do programa de publicização, Behring(2008, p. 104) esclarece

[..] se expressa na criação das agências executivas e das organizações sociais, e mais recentemente na regulamentação do Terceiro Setor- um aspecto que não está citado no Plano, mas se desdobra dele, para execução de políticas públicas. Esta última estabelece um termo de parceria com ONGs e instituições filantrópicas para a implementação das políticas

Estas mudanças vão disseminar aqui os valores neoliberais vigentes que dão sustentação para o desenvolvimento do atual modelo de produção flexível. Assim, o que se conceitua como neoliberalismo pode ser descrito da seguinte forma.

O neoliberalismo refere-se à retomada de forma intensa do ideário liberal, o qual apregoa a liberdade dos mercados, as liberdades individuais, a auto-regulação dos mercados, ou seja, a não interferência do Estado na economia. O projeto neoliberal defende a retração da intervenção do Estado no campo social. Há a valorização da área econômica em detrimento da social (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA,2014, p.7)

Neste quadro, as políticas públicas na sociabilidade capitalista são identificadas como gastos do governo e não como investimentos nos direitos sociais. O Estado, que é composto por diferentes segmentos sociais, vai desenvolver ações para atender a classe trabalhadora, porém com diminuição de investimentos nas políticas sociais ou as transferindo para a iniciativa privada. Como consequências dessa retração do Estado, podemos citar a redução de usuários que terão acesso aos serviços, marcada pela perda da efetivação dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado,

¹⁰Plano elaborado1995, principal mentor economista Bresser Pereira
<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=121> 29/07/2017

além dos ataques as instituições públicas, o que vai refletir na qualidade dos serviços.

Refletindo sobre as políticas públicas desenvolvidas neste panorama, que primam pela flexibilização e precarização social do trabalho, acreditamos que a concretização do conceito de trabalho decente defendido pela Organização Internacional do Trabalho e apresentado neste estudo, torna-se cada vez mais distante da realidade do trabalhador, tendo em vista que o próprio Estado que é "permeado" por diferentes interesses de classes, cria mecanismos que permitem a efetivação dos valores defendidos pelo Capital, tal como a flexibilização das leis trabalhistas, que é um exemplo desta conduta.

Considerando a importância do trabalho na vida do homem, e que conforme Yamamoto (2009, p.60)

[...]é por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades[...] Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como um indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente

As investidas contra a estas atividades essencial para o homem vão interferir na forma que estas necessidades poderão ser atendidas .

Druck (2015, p.1), ao analisar como as instituições públicas foram envolvidas nesta lógica, esclarece que

No caso do setor público, aqui compreendido como a administração pública e empresas estatais, a expansão da terceirização tem um marco importante: os programas de privatização de empresas e de serviços públicos implementados nos anos 1990 e a reforma do Estado iniciada em 1995, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, de responsabilidade do Ministério da Reforma do Estado

E acrescenta como se deu o desdobramento do Plano:

Com isso, criou-se e ampliou-se a diversidade de modalidades de terceirização na esfera pública, a exemplo de: concessão, permissão, parcerias, cooperativas, ONGs, Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Um quadro em que parte dos serviços públicos é realizada não mais pelo "servidor público", profissional concursado (Idem)

Examinando a realidade da Fundac, na qual estão inseridos seus servidores efetivos e terceirizados, bem como os adolescentes, usuários dos serviços prestados, buscando adotar uma visão crítica que permita perceber que as particularidades da instituição fazem parte de um contexto mais amplo próprio da sociedade capitalista em seu atual momento, nesta direção, recorreremos à lamamoto (2012, p.54) quando apresenta que o desvelamento das condições de vida dos usuários necessita que o profissional vá além do imediatismo, o qual se apresenta como demandas individuais. Nesta direção, para conhecer esta realidade então, faz-se necessário ver as dimensões universais e particulares que envolvem estas demandas. Segundo Behring(2008, p.2):

Nesse sentido, o Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do 'capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente, cumprindo seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações sociais particulares[...]

Assim, vemos que a máquina pública é colocada à disposição do mercado, criando condições para que as mudanças necessárias ao avanço e consolidação da sociabilidade burguesa enquanto modelo hegemônico de sociedade, sejam mantidas.

Ações do Estado para legitimar e garantir as mudanças requeridas e/ou impostas pelas burguesias são efetivadas de várias maneiras, entre elas, no discurso em defesa das mudanças que são apresentadas como favoráveis para toda a população e principalmente para a classe trabalhadora; na criação ou revogação de leis trabalhistas conforme os interesses econômicos e políticos do poder dominante e na terceirização dos serviços públicos.

Mas, conforme Behring (2009, p.2), o Estado reflete as correlações de força existentes na sociedade civil. Nesta direção, conforme a autora

vemos a sociedade civil como território das relações econômicas e sociais privadas, da luta de classes, da disputa de hegemonia, da contradição. Essa dinâmica da sociedade civil tem reflexos no Estado, os quais são mediados pelas suas instituições e quadros técnicos, mas assegurando-se sua direção de classe. Assim, Estado e sociedade civil compõem uma totalidade [...]

Assim, o Estado vai incorporar valores que atendem a lógica neoliberal e, deste modo, no atendimento as necessidades dos diferentes segmentos sociais que compõe a sociedade. Sua maior ou menor abrangência vai depender do poder de pressão das classes sociais, resultar em avanço ou retrocesso dos direitos, dentro da estratégia vigente adotada pelo capitalismo pois, conforme Druck (2015 p.39) “são, portanto, momentos que sintetizam determinadas relações de forças e configurações”.

Com relação ao processo de terceirização no serviço público, Druck (2016, p.18), apresenta a hipótese de que

[...]é a via que o Estado neoliberal encontrou para pôr fim a um segmento dos trabalhadores, o funcionalismo público, que tem papel crucial para garantir o direito e o acesso aos serviços públicos necessários à sociedade, e sobretudo à classe trabalhadora, impossibilitada de recorrer a esses serviços no mercado.

Estas mudanças se encontram dentro de uma proposta política de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização. Druck (2016) fundamenta sua análise nos dados dos Relatórios de Auditoria do Tribunal Contas da União de 2012, realizada com base nos serviços de saúde, relativos à alguns estados e municípios, enfocadas no relatório através da terceirização destes serviços. Na síntese apresentada pela autora sobre estas auditorias, destacamos as informações seguintes:

a) a terceirização não prova ser a melhor opção, pois não há estudos sobre a situação nem antes, nem depois da contratação das OSs; b) não há controle nem avaliação dos contratos e dos serviços; [...]e) não há controle financeiro no repasse de recursos, o que é agravado pelo fato de a legislação definir que as OSs não precisam fazer licitação para contratar pessoal ou para a compra de bens.(idem, p 27)

2.3 A Terceirização dos serviços públicos

Na nossa trajetória investigativa sobre a reestruturação produtiva tendo a terceirização como um dos elementos desta realidade, recorreremos às discussões de teóricos como Montañó (2010, p.53), o qual, na sua análise crítica sobre o terceiro setor, ao contextualizar historicamente o fenômeno e apresentar elementos que apontam a relevância desta análise, nos provoca a perceber a

complexidade que envolve o tema. Complexidade esta, que fica encoberta nos discursos de teóricos a serviço do sistema capitalista. Assim, segundo o autor¹¹, o conceito “não tem apenas nacionalidade, mas também, e fundamentalmente, procedência (e funcionalidade com os interesses) de classe”. E acrescenta que o mesmo surge como conceito cunhado nos EUA, em 1978, por D. Rockefeller III, sendo que, “ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho”. Assim, “o conceito "terceiro setor" foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”

O autor, ao contextualizar o termo "terceiro setor", contribui para desconstruir a ideia de que o chamado terceiro setor é uma alternativa despreziosa de interesses da classe burguesa nas suas ações como "representante" da sociedade civil. Esta ideia pressupõe que a realidade social é dividida em setores e que cada setor tem sua autonomia em relação ao outro. Dentro desta lógica, o terceiro setor, que representa a sociedade civil, teria uma atuação independente do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). Aparentemente é como houvesse uma unidade na sociedade civil, sem conflitos de classes e que não influenciasse ou fosse influenciado, tanto pelo mercado, quanto pelo Estado. Montaño (Idem, p.184) discorda desta definição, a qual divide a realidade em setores, defendendo que o termo terceiro setor deveria ser tratado

[...] como ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de respostas às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços).

Conforme Montaño (Ibidem), o estudo sobre do terceiro setor tem também relevância pelo leque de instituições privadas que o termo abrange e, contraditoriamente, o Estado, o qual, além criar condições legais para a existência destas, transfere recursos públicos para as instituições privadas, esvaziando do Estado o dever de responder às expressões da questão social, tais quais como a falta de medicamentos, a fome, a falta de moradia, o não acesso ao

¹¹Para fundamentar esta afirmação, Montano se utiliza das ideias de Ioschpe (apud Montano, 2010, p53)

serviço de saúde, a violência em torno dos adolescentes e seus familiares, o não acesso a educação. As respostas a estas e outras demandas que envolvem a classe trabalhadora exigindo a responsabilidade do Estado por seus atendimentos estratégicos, passam então para terceiros.

Neste universo estão inseridas as Organizações Sociais (OS) e o termo "sem fins lucrativos" que conforme Violin (2006, p.145)

Preliminarmente, é importante deixar claro o que significa uma pessoa jurídica não ter fins lucrativos. Utiliza-se a expressão "sem fins lucrativos" apenas para as entidades que não distribuam entre seus membros (sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores) eventuais excedentes, aplicando-os apenas para o atendimento do seu objetivo constante do seu ato constitutivo. Ou seja, é possível que entidades sem fins lucrativos tenham excedentes em suas atividades. O que é proibido é que estas entidades distribuam estes excedentes entre seus diretores, associados, conselheiros, etc., como ocorre com as empresas com finalidade lucrativa [...]. Note-se que o novo Código Civil utiliza a expressão "sem fins econômicos", e não "sem fins lucrativos" para estas empresas.

Identificamos a partir dos diferentes autores mencionados neste trabalho, que a década de 1990 foi decisiva para ampliação da terceirização, traçada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, desse documento destacamos a definição de "serviços não exclusivos" e alguns objetivos visados com a transferência dos serviços para iniciativa privada, denominados como:

SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS. Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem "economias externas" relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. (BRASIL, 1995,p.41/42).

Nos objetivos elencados voltados para esta mudança o aspecto financeiro, o qual cabe ao Estado nesta relação com entidades "sem fins lucrativos", fica evidenciado e definido no mesmo Plano da seguinte forma.

Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de “publicização”, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária. (...) Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações. (Idem,p. 46/47)

Quanto o planejamento desta transição, consta no mesmo documento que:

[...] ainda na dimensão institucional-legal, a elaboração, que já está adiantada, de projeto de lei que permita a “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de “organizações sociais[...]” O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal (Ibidem, p.60)

Observando este documento criado em 1995 e relacionando como que estamos vivenciando na atualidade com a terceirização dos serviços públicos, compreendemos porque não podemos analisar o que ocorre na atualidade sem conhecer o contexto que antecedeu esta realidade. Esta postura nos permite perceber que o que presenciamos hoje está inserido em um processo que vem sendo construído pelas classes dominantes ao longo destes anos com maior ou menor avanços, dependendo das barreiras possíveis de serem construídas.

3 OS REBATIMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FUNDAC

Nesta seção inicialmente apresentamos a Fundac, contextualizando o caminho de atendimento a criança e ao adolescente com base nas leis que norteiam a instituição. Em seguida, norteada por teóricos utilizados ao longo deste trabalho, apresentamos as condições de trabalho levantada na pesquisa.

3.1 Breve histórico da Fundac

A Fundac é um órgão estadual, criado em 1991, pela Lei estadual nº 6.074 de 22 maio, responsável pela gerencia e execução da política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade e internação no estado da Bahia. Esta instituição apresenta como principais instrumentos legais de norteamento do trabalho: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Lei 12.594/2012), o Estatuto do Servidor do Estado da Bahia (Lei 6.677/94), Lei nº 8.889 (de 01 de Dezembro de 2003 que dispõe sobre a estrutura dos cargos), a Lei 10.952 de Abril de 2008 (altera a estrutura remuneratória dos cargos, funções comissionadas e gratificadas, reajusta os vencimentos, soldos e gratificações dos cargos efetivos etc.) Além destes instrumentos existe o Estatuto da Fundac, aprovado pelo Decreto Nº. 685 de 18 de novembro de 1991, que está sendo revisto, pois está desatualizado em relação ao contexto atual.

As regulamentações que visam nortear, tanto os procedimentos como as estruturas físicas da instituição são resultado da mobilização social de segmentos vinculados à proteção à criança e adolescente, que lutaram para uma efetiva proteção deste público, adquirindo força nos anos 1980, motivadas por ação de segmentos sociais contrários ao tratamento que poder público dispensava historicamente às crianças e adolescentes de famílias empobrecidas. Nesta política, conforme Silva(2014, p.64), "produzia-se a criminalização da pobreza e a judicialização da questão social na órbita do Direito do Menor". Neste período histórico, a instituição denominava-se Fundação de Assistência a Menores do Estado da Bahia- FAMEB e suas ações eram norteadas pelo Código de Menores de 1979, em consonância com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor-

FUNABEM, instituição criada pelo Governo militar em 1964 em substituição da Serviço de Assistência ao Menor- SAM.

Conforme Matos e Mendes(2010), o contexto que antecedeu a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial na 2ª metade dos anos 70 do século XX, registra articulação da sociedade civil contra as ações de perda de direitos no regime militar. Essas ações que visaram a abertura política possibilitaram o fortalecimento dos movimentos sociais e atuações de ONGs nas décadas de 1970 e 80.

É nesse ambiente de não conformismo que os direitos das crianças e jovens são reivindicados por segmentos contrários as políticas vigentes direcionadas a este público pelo Estado, ou seja, é reconhecido o desgaste e amplamente questionada as ações desenvolvidas pela FUNABEM.

Esta conjuntura de reabertura política tem rebatimentos na área da Infância e da Juventude, a qual era exercida de forma centralizada sem dialogar com as outras Instâncias da sociedade. São inseridos neste espaço novos atores que trazem uma outra perspectiva de trabalho com novas propostas para este público, surgindo também, neste período (anos 1980/90), as ONGs em defesa da cidadania infanto juvenil.

Neste contexto, as mobilizações sociais vão chegar até a Constituição Federal 1988 e dois anos depois, em 1990, vão se materializar em um outro instrumento legal específico, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA¹², que apresenta como princípio norteador a proteção integral da criança e do adolescente. Dentro desta nova perspectiva estarão as ações de medidas socioeducativas direcionadas àqueles adolescentes que cometeram infrações. Silva(2014, p.19) esclarecendo sobre as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da criança e do Adolescente, afirma que

Tais medidas possuem um duplo caráter, são, por um lado, punitivas, enquanto formas de responsabilização pelo ato infracional cometido, e, por outro, educativas, na medida em que devem possibilitar aos adolescentes uma formação para que eles superem a condição de exclusão. Em respeito à condição de seres em desenvolvimento e orientado pela lógica da proteção integral, o ECA determina, ainda, que os programas socioeducativos disponibilizem para os socioeducandos os serviços de saúde, alimentação, educação, profissionalização, lazer,

¹²Lei nº 8.069/1990

assistência jurídica, segurança, atendimento psicossocial, além de assegurar-lhes a convivência familiar e comunitária.

As medidas socioeducativas de responsabilidade da Fundac têm como unidades para efetivação, as Comunidades de Atendimento Socioeducativo-CASES (6 unidades), espaços nos quais os adolescentes irão cumprir as medidas socioeducativas de internação ou aguardam a decisão judicial em internação provisória. Outros espaços são as unidades de semiliberdade (em número de 3) nas quais os jovens participam de atividades externas, como o acesso a cursos profissionalizantes, mas permanecem ainda na instituição. O primeiro contato destes adolescentes em conflito com a lei com a Fundac ocorre na unidade de Pronto Atendimento (PA), que é a porta de entrada dos adolescentes na Fundac, e que juntamente com o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Varas da Infância e Juventude formam o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente-CIAD.

3.2 Condições de trabalho dos servidores da Fundac/ rebatimentos na Fundac

Silva(2011), na sua análise sobre a precarização social¹³ e do trabalho na sociedade contemporânea, sinaliza para o aspecto contraditório desta sociedade, que de um lado conquista um grande avanço tecnológico e econômico, mas que carece de um desenvolvimento social inclusivo. Nesta direção, levanta questões discutidas por outros autores com relação à fragilidade das relações sociais de trabalho intensificadas no modelo flexível, com características de insegurança e incerteza, agravos na saúde do trabalhador e outros. Mas traz na sua abordagem, além dos elementos objetivos provocados pela precarização como as perdas de direitos trabalhistas, outros elementos subjetivos decorrentes da condição precária, que extrapolam o espaço do trabalho e o campo material, alcançando as relações interpessoais fora do espaço de trabalho e a tranquilidade do indivíduo, causando danos a sua saúde.

Percebemos que a situação relatada pela autora descreve em grande medida a que está sendo vivenciada no cotidiano dos trabalhadores da Fundac. A

¹³ Edith Silva apresenta a precarização social [...]é a fragilização do tecido social- das estruturas (instituições) que regem a coesão e a proteção coletiva e dos laços que vinculam entre si os seres humanos. p.460

fragilidade das relações de trabalho ganha uma maior proporção em um ambiente em que são adotadas normas que ferem os direitos do trabalhador, provocando inicialmente o sentimento de impotência e resignação, mas também desperta no trabalhador a vontade de lutar contra os abusos que são impostos.

As transformações que se processam na Fundac hoje, marcadas pela precarização social do trabalho e da própria estrutura da instituição, vem sendo construída ao longo dos anos 2000, com a descaracterização de alguns cargos. A Lei nº5.995 de 14 de Novembro de 1990, que Instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação de Assistência a Menores do Estado da Bahia – FAMEB (antiga forma da FUNDAC) tem elencado - no seu anexo 40 – alguns cargos, entre eles os de "motoristas" e "orientador de criança e adolescente" (antigo orientador de menores). Algumas destas funções, como “orientador de criança e adolescente” estarão presentes no edital 001/96- SAEB do último concurso, com suas atribuições diretamente relacionadas com criança e adolescente descritas, pois até por volta de 2005 “criança e adolescente em situação de abandono e vítima de violência” faziam parte do público atendido pela instituição. Interessante salientar que a Lei nº. 6.403 de Maio de 1992 vai ter dois anexos falando dos cargos específicos (Anexo XIX) e os cargos do grupo técnico administrativo (Anexo XXII), inserindo nesse segundo grupo os cargos de motorista e de orientador de criança e adolescente.

Já em 2003, motoristas e orientadores de criança e adolescentes pertencentes ao grupo técnico administrativo até então, serão surpreendidos com as mudanças trazidas com Lei nº 8.889 (de 01 de Dezembro de 2003 que dispõe sobre a estrutura dos cargos e vencimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado da Bahia e dá outras providências) a qual vai revogar os capítulos II a V da Lei do Plano de Cargos e Salários da FAMEB/Fundac. Assim, estes profissionais não vão mais ter suas especificidades reconhecidas na referida Lei e passam a ser registrados nos contracheques não mais como "motorista" e "orientador de criança e adolescente" e sim “técnico administrativo”.

Na época da mudança, o "orientador de criança e de adolescente" era função com maior quantitativo de estatutário. Entre as consequências que podemos levantar é o desvio de função com atuação na área administrativa vista como inerente ao cargo ou mais recentemente a perda do adicional de

periculosidade, mesmo para aqueles que trabalham diretamente com os adolescentes, contraditoriamente, todos profissionais da empresa terceirizada Fundação José Silveira, que também trabalham nas Unidades da Fundac, recebem adicional de risco.

Outro Instrumento elaborado pelo Governo do Estado da Bahia que mostra como a modo de produção flexível baseado na precarização do trabalho e seus rebatimentos na instituição pública está presente é o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Bahia, de 2015. No documento vamos encontrar um termo já familiar neste estudo, o de "publicização", inserida no Estado-nação no Governo de FHC (Partido da Democracia Social Brasileira –PSDB) e depois, no Governo estadual de Jaques Wagner (Partido dos Trabalhadores) na Bahia, direcionado à Fundac:

Importante esclarecer que no último semestre de 2014 deu-se início aos procedimentos de reformulação da gestão das unidades, tendo sido publicado o autorizo do Governador do Estado para a publicização dos serviços de atendimento ao adolescente em cumprimento de privação e restrição de liberdade, atualmente executados ou coordenados pela FUNDAC. (BAHIA, 2015, p.56)

Uma das novidades deste documento é a presença do termo "colaborador" ao falar do trabalhador da Fundac, quando menciona: "Pensando na capacitação dos colaboradores da FUNDAC, foi implantada a Escola do SINASE.[..]"(idem, p.100). Percebemos que o tratamento de "colaborador" dado aos trabalhadores estatutários e aos trabalhadores terceirizados sinaliza para um ataque a identidade do servidor público e o desmonte da instituição pública.

Nos últimos anos, mesmo governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a direção política do país assumiu uma perspectiva dentro do modelo neoliberal. A partir da análise de Antunes¹⁴ sobre greves dos servidores públicos federais na gestão do PT, buscamos identificar como se desenvolveu a relação do governo petista com os servidores. Entendemos que Antunes apresenta as mobilizações atuais como coconsequências do processo de desmonte que vinha sofrendo o Estado desde a década de 1990 no governo de Collor e principalmente no

¹⁴ Ricardo Antunes em entrevista concedida para Assufsm, avalia greve na educação e no serviço público federalDisponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvQ38VjGZhA&t=5s>>. Publicado em 23 de set de 2012. Acesso jul de 2017.

governo de Fernando Henrique Cardoso, caracterizado pelo aprofundamento do fenômeno da terceirização no Estado e com as categorias profissionais tratadas de maneira diferenciadas.

Com ascensão do Partido dos Trabalhadores, as categorias profissionais vão se reorganizar para proteger e garantir direitos trabalhistas, porém inicialmente protelando as reações direcionadas ao governo, por acreditar na necessidade deste se organizar enquanto situação. Isso ocorreu porque havia uma expectativa por parte dos servidores da sua valorização pelo governo. Não demorou muito para os servidores perceberem que as ações do empregador iam para outra direção, conforme apresenta Antunes: "(...) O governo Dilma é duro com o funcionalismo público! Aquela fala da Dilma que ela estava preocupada com os terceirizados e desempregados e não com os estáveis é falaciosa e no limite mostra estar certo". Seguindo na análise, o autor traduz o que ele chamaria de "sentido essencial deste governo", na sua postura quando, ao negligenciar a defesa dos trabalhadores estáveis para beneficiar os desempregados, "quer levar os estáveis a condição de precarizados e de empregados precários".

Iasi¹⁵ analisando este mesmo fato que ocorreu em 1992 destacando a contradição do PT, o qual, tendo sua origem advinda dos movimentos sociais, na trajetória para ser governo, passa a defender o projeto defendido pelas elites. Sobre os governos do PT, Iasi afirma que compreendendo a trajetória que os dois mandatos operam, tanto de Lula, como de Dilma, "é possível entender porque é um governo de coalizão", no sentido de que este governo "fez um pacto de classes com setores do capital", aliando-se "às forças políticas conservadoras" e colocando "em primeiro plano a necessidade da estabilidade econômica, a estabilidade do setor privado, um compromisso de governabilidade[...]"

Reconheçamos que foi nesses governos que ocorreu a efetivação das políticas públicas voltadas para população mais empobrecidas¹⁶, as quais, possibilitaram que famílias da classe trabalhadora saíssem da linha da pobreza e

¹⁵Mauro Iasi, em entrevista concedida para Assufsm, avalia greve na educação e no servidorismo público federal.. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9YSbIXEduvM>>Publicado em 23 de set de 2012. Acesso jul de 2017.

¹⁶ Marcio Pochmann. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula .Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo ...

também a efetivação de políticas de ações afirmativas, possibilitando o acesso as universidades públicas dos estudantes negros de baixa renda. Mas, dentro de uma compreensão de que essas conquistas são decorrentes de mobilizações sociais amplas, identificamos que instrumentos como participação e controle social com o "protagonismo" da classe trabalhadora, embora tenham feito parte das estratégias políticas do PT, no sentido de criar articulações com a classe trabalhadora e fortalecer sua participação política junto ao governo, não visou ultrapassar os limites que colocassem em risco o status de poder das elites econômicas e políticas brasileiras. Situação que vai se materializar em reações pouco participativas da classe trabalhadora contra as retiradas de direitos.

Mas, apesar deste quadro, Iasi (2014, p.51) discutindo sobre as invertidas para manter a classe trabalhadora no controle, afirma que:

Esse apassivamento, é bom que se diga, não significa ausência de lutas, como prova o crescimento do número de greves e resistências de várias categorias de trabalhadores... No entanto, essas lutas expressavam uma resistência diante de uma hegemonia soldada por um pacto de classes entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que impunha os termos de uma democracia de cooptação[...]

Percebemos assim que, a construção da solidariedade entre a classe trabalhadora vive em constante ameaça, sendo que

Para além da culpabilização do sujeito, o ideário neoliberal estimula o individualismo, onde cada qual tem de buscar os meios de prover as necessidades básicas e condições indispensáveis à reprodução da vida, é válido mencionar a responsabilização de outros setores da sociedade pela execução de políticas sociais, como o chamado terceiro setor. (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014, p.8).

Outros autores vão destacar que a interferência do Estado no Mercados e faz presente. Problematisando sobre a atuação do Estado no contexto liberal apresentando tipos de intervenções do Estado, Dardot (2016) apresenta que

[...] também podem ser da ordem de um programa que visa a estender a inserção no mercado (ou quasi-mercado) de setores inteiros da produção e da vida social, mediante certas políticas públicas ou certas despesas sociais que vêm proteger ou apoiar o desenvolvimento das empresas capitalistas.(p.67)

O que nos permite perceber então, que o Estado não deixa de desenvolver suas ações, porém elas acontecem de acordo com os interesses do Mercado, o esvaziamento se processa porque elas não ocorrem numa perspectiva de garantias de direitos do trabalhador.

Desde 2007, o Estado em relação ao quadro funcional da Fundac se caracteriza por coerção dos funcionários e sucateamento da instituição, fatos que estão provocando algumas reações de cunho coletivo por parte dos trabalhadores estatutários. Ainda que pouco expressivo em quantidade de participantes, o movimento está conseguindo chamar atenção do governo, inclusive com pauta de agendamento para serem recebidos por seus representantes na Governadoria. O momento atual de opressão vivenciado pelos trabalhadores, vem provocando atos de resistências dos estatutários pela defesa dos seus direitos e por condições de trabalho adequadas para o exercício de suas atividades, é um movimento ainda tímido quanto uma maior participação dos servidores, precisando ser potencializado e por isso a necessidade de rever forma de estratégia para o fortalecimento no processo coletivo de luta que possibilite um envolvimento maior desses trabalhadores. É importante destacar que contraditoriamente, os trabalhadores da empresa terceirizada tem sua organização sindical mais fortalecida, conseguindo com mais rapidez o diálogo com o governo, ainda que o contrato de terceirização firmado entre as instituições seja de prestação de serviços e não de mão de obra, possivelmente isso ocorre porque os trabalhadores terceirizados da Fundação José Silveira representam maioria expressiva dos trabalhadores na Fundac que laboram diretamente com os adolescentes.

Behring (2008, p.205) ao discutir o Plano Diretor de Reforma do Estado elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso (em 1995) já identificava no documento as protoformas do que viríamos a viver na atualidade. Esta situação se expressa na fala da autora, da seguinte forma: “já que a admissão do funcionalismo não se dará necessariamente por concurso público, e a demissão também fica à critério dos dirigentes de plantão, o que deixa o funcionalismo à mercê da ocasião...”.

Esta situação vai marcar a duplicidade de vínculo empregatício na instituição Fundac (estatutário e celetista), ou seja, no mesmo espaço estão presentes funcionários regidos por um regime próprio, o Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia (estatutário) e também aqueles funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT (celetistas).

Condição bastante preocupante, tanto do ponto vista da organização dos servidores, quanto da continuidade dos serviços prestados a partir do seu quadro funcional efetivo, pois como o último concurso realizado foi 1996, a saída destes trabalhadores (aposentadoria, exoneração) do quadro de efetivos, vem sendo substituída por terceirizados. Esta situação leva a instituição Fundac a ser processada na Justiça do Trabalho¹⁷, tendo em vista que o quadro de terceirizado é mais que o dobro dos estatutários.

Tal duplicidade de vínculo vai desencadear conflitos nas relações de trabalho muitas vezes provocadas por inserção no espaço ocupacional de práticas de iniciativa privada que visam o controle do trabalhador terceirizado, mas que ainda não se aplicam ao servidor efetivo. Entre as práticas, destacamos o uso do relógio de ponto digital e a recente burocracia para trocar de plantão entre trabalhadores terceirizados; ou ainda a retirada de adicional de periculosidade dos estatutários ao mesmo tempo que os terceirizados recebem adicional de risco. Estas condições caracterizam um ambiente de trabalho permeado por conflitos entre os trabalhadores.

Os efeitos negativos são intensificados pela particularidade do público atendido pela Fundac, ou seja, adolescentes de ambos os sexos, em conflito com a lei e que por determinação da justiça são privados de liberdade, requerendo uma maior qualificação dos profissionais que vão atuar diretamente com estes adolescentes. É um trabalho de grande desgaste emocional com maior intensidade para algumas categorias, particularmente para os orientadores/técnicos administrativos que são os profissionais que ficam mais tempo em contato com os adolescentes e, portanto, mais

¹⁷ A Fundac - Fundação da Criança e do Adolescente foi condenada pela Justiça do Trabalho por terceirização ilícita de mão-de-obra. Disponível em: <http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/2115749/fundac-e-condenada-por-terceirizacao-ilicita-de-mao-de-obra> Acessado 13/03/2016

sujeitos às situações adversas decorrentes da situação em que se encontram esses jovens.

A reação ao contexto imposto pelo Capital e adotado pelo governo, encontra-se comprometida pela fragilidade em que se encontramos trabalhadores. Acreditamos que seja esta fragilidade um dos elementos principais que dificulta as negociações das categorias de trabalho existentes neste espaço ocupacional. Fato que aponta para a necessidade de fomentar mobilização destes sujeitos em torno de um interesse coletivo para o fortalecimento destes trabalhadores incluindo nessa luta o seu público o que sinaliza para a importância desta pesquisa.

3.3 O caminho metodológico

Conforme já apresentado na introdução deste trabalho, a pesquisa que subsidiou esta discussão é de caráter qualitativo, pois as mudanças que propomos desvendar envolvem significados que não podem ser quantificados em números pois se expressam em crenças e valores. Segundo Minayo (2015, p.22), "[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Este nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados"

Neste caminhar investigativo utilizamos como instrumento: a pesquisa bibliográfica, nos atendo aos autores que analisam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e os impactos sobre o setor público.

Utilizamos também a pesquisa documental, a qual, segundo Gil (2002, p.45)"[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa." Os documentos de que nos valem neste estudo foram, o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Bahia e o Relatório do Tribunal de Contas da Bahia entre outros.

Como instrumento para coleta de dados, foi utilizada a entrevista norteada por um roteiro semiestruturado. A entrevista segundo Gil (SELLTIZ apud GIL 2002) "*mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa ' sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem*

como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes”

[...]entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 2002 p.115).

O trabalho de campo foi realizado através de entrevistas com trabalhadores estatutários da Fundac, de diferentes períodos de admissão, por vivenciarem experiências diferentes nos espaços de trabalho. Dessa maneira, participaram servidores que ingressaram na instituição no final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando a instituição era chamada de Fameb , tendo como documento, o Código de Menores de 1979. Participaram também das entrevistas os servidores admitidos a partir do concurso público de 1996. Foram entrevistados 05 trabalhadores estatutários em um universo de 364 estatutários.

3.4 Os participantes da pesquisa

O quadro funcional da Fundac é composto por servidores efetivos que foram admitidos na instituição na década de 1970/80 e posteriormente efetivados na década de 1980 (sem realização de concurso); e por servidores concursados. Estes últimos marcados por uma particularidade: têm aqueles que prestaram o único concurso da instituição, que ocorreu em 1996 para nível médio, concorrendo ao cargo de “orientador de criança e adolescente” (435 vagas) “assistente de serviço social” (15 vagas), “assistente de saúde” (23 vagas), “assistente de atividades educativas” (16 vagas). Mas no quadro de efetivos constam os servidores (motoristas e técnicos de nível superior)¹⁰ que prestaram concursos para outras secretarias (SAEB e Justiça) que foram admitidos na Fundac antes do concurso de 1996.

Na escolha do(a)s entrevistado(a)s foram observados três critérios: Primeiro escolhemos entre os trabalhadores, aqueles dos cargos de ensino

fundamental e nível médio, pois fazem parte da categoria mais desprotegida pela falta do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da instituição e pelas mudanças legais em suas situações de trabalho que foram fragilizando esses trabalhadores no seu poder de reivindicações. Como segundo critério, optamos por escolher servidores dos dois períodos de admissão na instituição, por vivenciarem experiências diferentes ao longo de suas trajetórias nas Unidades, condição que foi evidenciada durante as entrevistas. E como último critério, escolhemos, estarem lotados em unidades nas quais são desenvolvidas atividades finalísticas da política de assistência aos adolescentes em conflito com a lei, ou seja, trabalham diretamente com os adolescentes. Todos são espaços em que a precarização social do trabalho é mais latente, levando em conta que outras expressões da questão social estão postas a partir dos contextos que envolvem os adolescentes que são atendidos.

Enquanto parte integrante do quadro de estatutário da Fundac, com admissão em 1998(após o concurso de 1996) , vivenciamos o processo de mudanças em curso na instituição , desta forma nossa maior experiência de trabalho ocorreu em unidade de abrigo para adolescentes do sexo feminino, encaminhadas para o abrigo por causa de risco social, seja por abandono familiar, violência sexual, ameaça física e falta de referência familiar.

Nesse espaço ocupacional que ficamos até seu fechamento em 2005,que ocorreu porque dentro da divisão das responsabilidades entre o poder federal, estadual e municipal, o abrigo dessas adolescentes seriam de responsabilidade do município e não do poder estadual, fato que só foi colocado em prática, na eleição de 2004 do governo municipal que não fazia parte do mesmo grupo político que estava no governo do estado.

Embora nossa experiência de trabalho não tenha ocorrido em unidades finalísticas de internação, as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho e que vão chegar na Fundac com características peculiares , que inicialmente tomará forma de perdas salariais , foram sentidas por toda categoria de trabalho com maior ou menor intensidade, provocando inquietações e mobilizações daqueles estatutários mais prejudicados com as alterações legais iniciadas no ano de 2003, que acreditamos ter sido o primeiro passo do governo estadual em direção a reestruturação produtiva direcionada a instituição.

A conjuntura que envolve o servidor efetivo (e os outros trabalhadores)no exercício de suas atividades e que vai refletir nas relações sociais fora do ambiente de trabalho, apresenta questões como a defasagem salarial , o sucateamento dos espaços físicos e dos instrumentos de trabalho , suspensão de pagamentos de adicional de periculosidade sem aviso prévio, mudanças nas relações sociais de trabalho, principalmente no diálogo entre direção e servidor efetivo, que nos últimos anos há um afastamento que não era comum , está ocorrendo um retrocesso por parte da atual direção no diálogo como os trabalhadores , além disso vale reforçar que como expansão de contratos de terceirização dos serviços, antes executados predominantemente por trabalhadores estatutários, a identidade individual e coletivo servidor efetivo da Fundac vem passando por um processo de fragilização que vai incidir na capacidade de organização coletiva dos servidores. Essas condições no ambiente de trabalho e suas consequências sinalizam como o processo de precarização social do trabalho vem desenvolvendo-se na Fundac.

Os primeiros contatos visando que os servidores participassem de entrevistas foram iniciados em 2016, nos quais apresentamos o objetivo da pesquisa. Ressaltamos que apesar de ser parte do quadro funcional da instituição e esta condição permitir uma certa relação de confiança, por outro lado, era visível o receio de alguns funcionários da Fundac, ao serem convidados para as entrevistas, de estarem sendo usados em benefício da entrevistadora, sem uma contrapartida imediata para a possível resolução da situação vivenciada por eles e para o coletivo dos trabalhadores. Neste contexto, percebemos que há por parte destes servidores uma descrença de que se possa intervir nas atuais condições de trabalho. Somado a esta situação que demandou estratégias de convencimento e que adiou a finalização das entrevistas, um dos participantes adoeceu. Algumas das entrevistas foram adiadas por questão de não disponibilidade de tempo dos entrevistados. Por isso, algumas entrevistas individuais acabaram ocorrendo na ocasião de encontros coletivos da categoria em 2017 e foram realizadas em espaço reservado, respeitando o devido sigilo. As entrevistas desta pesquisa foram concluídas nos meses de maio, junho e julho de 2017. Neste intervalo dois entrevistados se aposentaram.

Na fase exploratória, buscamos junto a Ouvidoria do Estado da Bahia, dados atualizados sobre o quantitativo dos servidores efetivos da Fundac e dos funcionários da Fundação José Silveira, como respostas obtivemos os seguintes dados : 364 servidores efetivos da Fundac e 1350 trabalhadores da Fundação José Silveira , dados recebidos em agosto de 2017.

Esta atual defasagem na quantidade de servidores estatutários foi sendo concretizada a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores no Governo do Estado em 2007, pois conforme auditoria do Tribunal de Contas do Estado Bahia¹¹ referente ao período de 01/01 à 31/07/2008, a Fundac contava com 790 servidores. As vagas deixadas pelos efetivos foram preenchidas por trabalhadores não concursados, pois o último concurso da instituição ocorreu em 1996, há 21 anos, conforme já mencionado.

3.5 Análise dos resultados da pesquisa

Ao longo desta seção vimos apontando as condições de trabalho dos servidores da Fundac com base nas entrevistas realizadas. Na sequência seguimos os objetivos do estudo que foram analisar os efeitos das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva no cotidiano de trabalho dos servidores efetivos da Fundac em Salvador, bem como levantar como se caracteriza a reestruturação produtiva na instituição, identificando junto aos servidores a trajetória do processo de precarização que vai impactar nas suas condições de vida.

Buscamos responder os objetivos partindo das perspectivas apresentadas pelos 05 trabalhadores entrevistados. As entrevistas ocorreram por meio de um roteiro semiestruturado, possibilitando desta maneira que os trabalhadores tivessem mais liberdade para falar das questões apresentadas.

As entrevistas ocorreram em espaços de reuniões coletivas dos trabalhadores, conforme já dito, uma no shopping e uma na casa do participante. Elas foram gravadas com consentimento dos participantes com a garantia da preservação do sigilo de identidade. O passo seguinte foi transcrever as entrevistas. Visando garantir o sigilo dos entrevistados , eles foram identificados por aromas de perfume escolhidos de acordo com certa postura dos

trabalhadores. Dos cinco entrevistados dois tinham mais de 35 anos de serviço e os outros três, entre 17 e 18 anos na instituição.

Logo em seguida partimos para a organização das informações, que Conforme Gil (2002, p.134)

A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa.

O contato direto com os estatutários nos permitiu perceber as apreensões objetivas e subjetivas que envolvem esses trabalhadores, as quais estão inseridas em uma conjuntura em que a reestruturação produtiva instalada vem para atender as necessidades do Capital voltada para garantir seu lucro. E, para isso, as instituições públicas também são adequadas a este propósito.

Percebemos que os entrevistados nos seus relatos não visualizam o contexto macro que está por trás destas mudanças, ou seja, que eles estão inseridos dentro da proposta de manutenção da sociabilidade burguesa, no seu atual modelo de produção flexível, na qual o Estado-nação tem um papel fundamental para que esta realidade construída historicamente seja mantida, beneficiando as elites econômicas e políticas dos países desenvolvidos, bem como as elites locais.

Porém é perceptível nas falas, que os trabalhadores identificam a exploração da máquina pública em benefício do grupo político que estiver no poder, com invertidas pesadas contra os funcionários efetivos e pouco investimento nos serviços necessários para o atendimento da população. Três dos entrevistados que têm entre 17 e 18 anos de serviços, evidenciam nas suas falas que o interesse partidário é o que move as mudanças

Conforme Madeira ,

A única mudança que vi foi que aumentou o número de terceirizados e, cada dia que passa, diminui o número de funcionários realmente da Fundac, os concursados. É o seguinte, eu acho que as mudanças vieram assim... a empresa Fundac é um cabide de emprego para os políticos entendeu? Então o que aconteceu... não querem mais abrir concurso! E a maioria dos políticos aí, usam a Fundac como cabide de emprego.

Outro entrevistado, Sândalo afirma que:

Sim, em nível mínimo, motivado por força política. Não houve mudança significativa de forma positiva, apenas gerou conflito em se adotar dois regimes de trabalho diferenciados.

E Citrus assim se pronuncia:

Diversas mudanças, tipo seis por meia dúzia. Uma verdadeira dança das cadeiras. Empresa pública gerida por questões políticas, da situação. Muda o governo, muda os gestores que passam a dar cargos aos seus apadrinhados, muitas vezes despreparados.

Os outros dois entrevistados, com mais de 35 anos de serviços e que se aposentaram enquanto estávamos construindo este estudo, identificam como causas principais das mudanças nas suas condições trabalho, fatores locais, imediatos e, a princípio, também não identificam fatores decorrentes da conjuntura macro da sociedade capitalista. Esta conjuntura macro está voltada, conforme analisado neste estudo, para reestruturação produtiva que utiliza a flexibilização do trabalho e do trabalhador, em uma relação marcada pela precarização social do trabalho e vai tensionar países como o Brasil a adotar mudanças que irão se apresentar e serem percebidas de diferentes maneiras no ambiente de trabalho. No que se refere à relação dos gestores da instituição com os estatutários, as causas são percebidas dentro da relação social imediata e local principalmente com a chefia imediata. A percepção do trabalhador não está errada pois, reflete como esta realidade chega ao trabalhador de forma fragmentada dificultando identificar seu contexto macro.

Outros relatos dos entrevistados deixam claro a forma como percebem as mudanças ocorridas no ambiente de trabalho.

A gente deixou de ser orientadora para ser técnica administrativa. Para tirar as vantagens que a gente tinha [...] Esta última gerencia é péssima! [...] veio para detonar o povo do Estado! Eu não sei qual o preconceito dele [...] (Alfazema)

A gente trabalhava um dia sim, um dia não. Aí foi mudado, e ficou muito ruim, porque todos dias, ou pela manhã, ou pela tarde. Ficou muito ruim!

Porque a gente não tinha disponibilidade para fazer outra coisa. A gente pediu e não foi atendido (...) (Lavanda)

Estas mudanças no horário foram impostas para a maioria dos servidores que sempre trabalharam de plantão (24x72). Alguns desenvolvem outras atividades laborais para complementar a renda. E, de repente, foram obrigados a trabalhar um turno de 06 horas todos os dias. Na Fundac tem a carga horária de 06 e 08 horas, além do plantão.

3.5.1 Com relação à terceirização no serviço público como um dos instrumentos para precarização social do trabalho nos espaços ocupacionais da instituição pública

Nesta direção, conforme Druck(2016, p.18), são desenvolvidas ações de ataques " [...]aos direitos, ao padrão salarial e às condições de trabalho do funcionalismo, consubstanciadas nos ajustes fiscais implantados pelos vários governos desde o início dos anos 1990 até hoje". O posicionamento dos diferentes Governos pela terceirização, invés de concurso público vai diminuir a quantidade de servidores efetivos, condição que percebemos refletir na correlação de força dentro do Estado, materializando em não investimento no funcionalismo público e nos espaços de trabalho. Esta diminuição de funcionários é acompanhada pela "[..]sua desqualificação e desvalorização, em prol de uma suposta – e não comprovada – eficiência de instituições de natureza privada, mais flexíveis e ágeis".

Reconhecemos nos relatos que, ainda que a perspectiva partidária esteja presente, os propósitos de controle da classe trabalhadora, de flexibilização do trabalho e principalmente de esvaziar o quadro de efetivos são percebidos pelos entrevistados.

Acho que por questão política, pelo fato de não ter concurso, eles podem indicar quem eles quiserem para trabalhar! Como você vê agora, só entra petista. Se você não for petista, você não entra! E foi abertamente. (...)Depois das percas salarial, veio a falta de respeito, o pior é falta de respeito pelo os funcionários do estado..(Alfazema)

O pessoal (terceirizado) também fica como carneiro, entendeu, come o que ele der! E aí a terceirização para o governo é bem melhor do que abrir concursos públicos. (Madeira)

Relação de trabalho é: diversas empresas - a maior delas é a Fundação José Silveira - todos terceirizados! e uns poucos efetivos(nós) com fama de não trabalhar e de se amarrarem para o trabalho e com regalias

(Citrus)

3.5.2 O desmonte da instituição pública na atualidade, para legitimar transferência da gestão e execução das suas atividades para o setor privado.

Percebemos o desmonte que se processa na Fundac como um exemplo do desdobramento das recomendações do Consenso de Washington, lá em 1989, institucionalizadas pelo governo brasileiro no Plano Diretor de Reforma do Estado de 1995. Desta maneira o desmonte da Fundac é marcado pelo sucateamento da instituição e por ataques a identidade individual e coletiva dos funcionários públicos.

O sucateamento está presente nos bens moveis e imóveis, na falta de material de trabalho, que obriga alguns trabalhadores a "dá um jeitinho" para que o trabalho aconteça. Isso ocorre em momentos quando o serviço deixa de ser efetivado por falta de computador, falta de transportes, ou também pela suspensão das linhas telefônicas, o que vai refletir no acesso à rede, a internet. O sucateamento das estruturas físicas do órgão é visível no aspecto degradado dos imóveis, que passam muitas vezes por pinturas para maquiagem a verdadeira condição de sucateamento destes bens. São condições que vão impactar negativamente na efetivação dos serviços.

Entendemos que os ataques por parte do Estado a identidade dos funcionários públicos e processam de várias formas, entre algumas podemos citar a desvalorização da experiência do servidor na instituição, o não reconhecimento do compromisso do trabalhador com a qualidade dos serviços prestados a população e a terceirização adotada como regra no lugar do concurso público na admissão dos trabalhadores, enfraquecendo a identidade coletiva dos servidores e o alcance de sua reação contra os ataques aos seus direitos de trabalhador.

Acreditamos que uma das primeiras ações do governo do Estado da Bahia para descaracterizar a instituição Fundac da sua responsabilidade direta com as ações de atendimento ao adolescente, ocorre com a Lei nº 8.889 (de 01 de

Dezembro de 2003 que dispõe sobre a estrutura dos cargos) Lei já apresentada nesse trabalho. Na fala de um dos entrevistados, ele expõe esse momento

[...] Fizemos o concurso para orientador de criança e adolescente para trabalhar diretamente com os adolescentes. Só que depois da mudança... para técnico administrativo, muitos funcionários da Fundac não queriam trabalhar diretamente com os adolescentes. Então aí, foi provocado ai uma grande terceirização na empresa entendeu? Então agora a gente é a parte menor e a terceirização a parte maior. Até pra provocar uma greve, alguma coisa, somos fracos! Não temos condições nenhuma de fazer uma greve, porque o pessoal da terceirizada assume todo o patamar, toda a condição de trabalho (Madeira)

Conseguimos reconhecer nos relatos dos entrevistados, ações do empregador (Estado) que sinalizam para o desmonte da Fundac no cumprimento das suas responsabilidades diretas definidas historicamente a partir das mobilizações nas defesas dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O governo nos vê como preguiçosos, acha que nós somos preguiçosos. Eu não sou preguiçosa! Eu trabalhei e trabalhei muito! A gente pegava menina drogada. O juizado trazia menina a qualquer hora do dia, da noite ...querendo quebrar tudo. Menina que dava crise epilética. A gente precisava segurar para não morder a língua, a gente não dormia não [...] a gente que ficava adaptando para poder trabalhar naquele lugar insalubre. E era para ter ar condicionado! Ali sofre funcionário público, sofre terceirizado. O setor de trabalho foi piorando. (Alfazema)

É importante destacar que o processo de precarização das condições de trabalho, marcada pelo sucateamento da instituição e pelo baixo salário que não condiz com a responsabilidade atribuída ao cargo de "orientador de criança e do adolescente" vai contribuir para que alguns trabalhadores concursados acreditassem na época que a mudança para "técnico administrativo" seria mais vantajosa para a categoria já que poderiam trabalhar na parte administrativa que requer outro tipo de responsabilidade. Armadilha que vai se mostrar na atualidade como um instrumento de desarticulação dos trabalhadores efetivos e de perdas de direitos, como a perda do adicional de periculosidades inclusive para aqueles trabalhadores que continuaram exercendo suas funções diretamente com os adolescentes, constituindo-se como uma brecha que o Estado vem usando para aprofundar a terceirização, utilizando para isso contratação emergencial com dispensa de licitação. Importante registrar aqui a contradição entre o que o

governo coloca no edital¹⁸ e sua prática marcada por perda para os trabalhadores. No documento (edital) consta que

É imprescindível manter o moral dos trabalhadores na socioeducação em níveis satisfatórios. Mudanças que possam implicar em redução do salário ou da composição da remuneração ou mesmo, alterações nos seus padrões, podem afetar negativamente o funcionamento das unidades da FUNDAC. (BAHIA, 2015, p.14)

A empresa selecionada por este edital foi a Fundação José Silveira, que já prestava os serviços. Encontramos registro da relação com esta instituição desde o ano de 2004¹⁹. Um outro possível sinal da intenção de afastar o estatutário legalmente das funções fins da Fundac pode ser identificado no não enquadramento dos orientadores/ técnico administrativos como socioeducadores, conforme está previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Medida-Sinase. Lei 12.594/2012. Porém este cuidado foi observado na contratação dos serviços da empresa terceirizada.

Neste contexto, alguns dos entrevistados se pronunciaram:

O trabalho não é contínuo, é tapa buraco! Com pouco efeito na clientela [...] Todos os instrumentos de trabalho estão sucateados, rádio escuta, salas, detectores; falta telefonista, apoio; são muitas as carências e restrições [...] Há também, que os terceirizados estão ganhando bem mais que os efetivos [...] Não há gestores comprometidos com os efetivos, não tem plano de cargos e salários; não tem sindicato forte. (Citrus)

Não existe plano de qualificação; tem redução na aquisição dos materiais de expediente; condições de trabalho precárias em ambiente com risco de morte e insalubre (Sândalo)

Eles querem acabar com o serviço público! Quem tem, tem! Quem está, se segure! (Lavanda)

Um das leituras que podemos levantar desta realidade vivenciada pelos estatutários da Fundac nas unidades finalísticas em Salvador é que , assim como foi uma opção de gestão no modelo de produção flexível o emprego do avanço

¹⁸ Aviso de Convocação nº 002/2015, Dispensa de Licitação Emergencial para contratação de entidades sem fins lucrativos para prestação de serviços de assistência, proteção e apoio aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Disponível em <http://www.fundac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/TERMO-DE-REFERENCIA-Aviso-de-Convocacao-n-002-15-Alterado.pdf> 22h50 . Acessado 07/10/2016

¹⁹ Dados obtido no Relatório Auditoria do Tribunal de Contas do Estado 2008 .Disponível em https://www.tce.ba.gov.br/images/controle_externo/auditorias/5046_relatorio.pdf em 05 de agosto de 2017

tecnológico com objetivo de aumentar os lucros das elites e não para diminuir as desigualdades sociais, o Estado, ao fomentar um ambiente desagradável e desmotivador dentro das suas unidades, provoca com isso a reação de alguns estatutários na direção da antecipação de seus pedidos de aposentadoria ou então na forma de solicitações de transferência das unidades finalísticas passando a ser substituído por trabalhador terceirizado. Acreditamos que esta não é uma situação isolada do propósito de esvaziar o Estado da sua responsabilidade de dá respostas diretas às demandas da classe trabalhadora, transferindo-a para as empresas terceirizadas e/ou então, para o próprio indivíduo, fragmentando o alcance das respostas às expressões da questão social, conforme alerta Montañó (2010, p, 185)

[...]com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função(típica do modelo neoliberal ou funcional a ele). [...]instituição estatal- tratada como burocrática, ineficiente, corrupta, rígida e em crise(fiscal)- e organizações do "terceiro setor"- tidas como dinâmicas, democráticas, "populares", flexíveis, atendendo às particularidades regionais e categorias

Neste contexto, o servidor público convive diariamente com a prática generalizada de desqualificar seu compromisso com a efetivação dos serviços. São ataques muitas vezes praticados por políticos e por pessoas que ocupam cargos de indicação política. Nessa linha de pensamento, aos trabalhadores terceirizados são atribuídos comprometimento na efetivação dos serviços. Contrariando esta generalização, e levando em conta que a Fundac, em suas unidades finalísticas, tem as atividades diretas com os adolescentes assumidas quase que exclusivamente por terceirizados, isso não representou qualidade dos serviços prestados. Inclusive houve mortes de adolescentes nas suas unidades. Soma-se a esta situação, o não investimento do governo nos equipamentos de trabalho e na valorização do trabalhador efetivo e terceirizado.

Os relatos dos entrevistados nos permitem ampliar o conhecimento dessa realidade marcada por sentimento de mágoa e de resistência, mostrando como se dá o comprometimento dos trabalhadores e aponta que devemos ter cuidado com as generalizações realizadas na compreensão desta realidade, dado que suas raízes são bem mais profundas, conforme quisemos expressar neste trabalho.

Mas agora, do meu trabalho, eu não tenha muito o que reclamar! Porque eu gostava de tudo que eu fazia....] mas era gratificante, sabe porque era gratificante? Porque era todo mundo do mesmo órgão, Fundac, Fameb, Seam; ninguém olhava o trabalho do outro: quem ganhava mais menos! Todo mundo com seu horário, com seu dinheiro igual(Alfazema)

[...]eu sempre fui assim canguinha! Nunca gostei de faltar, de deixar colega trabalhar por mim. Nunca fui! [...] Eu sinto que muita gente ta trabalhando pra que as coisas modifiquem em relação ao trabalho da clientela .Muita gente voltada pra isso ! Mas eu acho muito pouco a Fundac, a Fundac em si. O pessoal da gestão não, não coopera! Mas eu vejo muito empenho do trabalhador, tanto terceirizado quanto efetivo. Eu gostei muito de lidar com este pessoal! Porque todo mundo empenhado! Os orientadores, as assistentes sociais[...] (Lavanda)

Lavanda também identifica uma conduta abusiva por parte de funcionários terceirizados, conforme relatou em outro momento:

Eu acho isso erradíssimo! Eu saía com as meninas e os novatos diziam: 'tem que algemar!' Eu dizia: Ai! Não, deixe comigo! [...] funcionário público tá extinto, tá se acabando ai! (Lavanda)

No último concurso, de 96, foram chamados mais de 1000. Quem se aventurou como herói da resistência, continuou como indesejáveis, sem perspectivas, sem propostas, alienados numa empresa pública. Eu pergunto: será que existe uma secretaria pior que a nossa? Eu, em particular, sofro bullying por tratar os adolescentes educadamente, por chegar pontualmente [...] e por estar sempre disposto [...] Os terceirizados têm formação de vigilante ou segurança, mas trabalham como monitores ou socioeducadores,[...]alguns não estão nem ai para a socioeducação, simpatizam com a pena de morte. Outros tratam mal os adolescentes e agem como segurança patrimonial.(Citrus)

O compromisso dos trabalhadores também se evidencia nas suas falas quando reconhecer a necessidade de capacitação para melhor atender seu público. E importante reforçar que mesmo conscientes da dificuldade em resistir a condição que está sendo posta, quatro dos cinco entrevistados percebem a necessidade de mobilização como estratégia de luta para conseguir garantir pelo menos os direitos conquistados e que foram atacados, como é o caso do adicional de periculosidade. É nítido o desânimo entre os trabalhadores da Fundac, por não ter um norte definido, nem saberem quais as estratégias a serem adotadas para reverter esta situação ou, ao menos, não permitir que avance! Mas, mesmo aquele que se apresenta mais pessimista quanto as mudanças favoráveis ao trabalhador, visualiza que algo precisa ser feito e não se pode ficar

de braços cruzados. Com relação à isso, um dos entrevistados, Citrus, na sua resposta sobre participação em movimento de resistência, diz:

Não. Cadê o movimento? Todo mundo vendido. Eu faço carreira solo.(...)Eles dão sorte porque o povo é ordeiro! Se fosse em outros países, eles levavam "bala". A nós cabe fazer passeata, manifesto, boicotes, greves, paralisação. Já que não temos coragem de fazer atentados, quebra-quebra, greve de fome... Tudo documentado pelos meios de comunicação! (Citrus)

Cabe aqui sinalizar que nesta ação de resistência os estatuários mais antigos se mostram bastante motivados, como mostram Lavanda e Alfazema

Participei! Participava. Ia para todas reuniões! Eu nunca tibutiei. Tem que lutar ir pra luta! Todo dia botar um questionário assim com as perguntas; todos os dias batendo na mesma tecla! Está faltando isso, aquilo... E não pode continuar o que faz. (Lavanda)
Comecei a preencher! Mas já participei antes, muito! Nós tínhamos sindicato! Era forte! Eu fazia parte, ia lá pra frente (Alfazema)

São relatos que nos lembram que a sociedade e os valores que vão ordená-la são criações do homem, mostrando que a sociabilidade burguesa não pode ser naturalizada como a única forma possível de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a percepção dos trabalhadores quanto à situação que vivenciam na Instituição Fundac, eles reconhecem as mudanças que estão ocorrendo, na perspectiva de desmonte das ações direta do Estado no atendimento aos adolescentes. Mesmo que este entendimento não expresse o contexto mais amplo das causas fundamentais que provocaram estas mudanças as quais estão inseridas no modelo de produção flexível, formadas de acordo com a sociabilidade burguesa. Neste contexto, eles conseguem identificar que o Estado é utilizado para benefícios de uma minoria e não do coletivo.

Os servidores da Fundac parecem perceber que para romper esta condição a qual estão sujeitos, é necessária maior adesão de trabalhadores nas mobilizações. O relato de um dos entrevistados aponta para a necessidade de mobilização envolvendo outras categorias fora da Instituição Fundac, ou seja, propõe uma reação da classe trabalhadora independente do órgão de origem do trabalhador, entendendo o coletivo de forma ampla.

Neste ambiente em que o governo diminuiu o investimento em aquisição de matérias de trabalho e na infraestrutura dos imóveis, outro ponto que vai tencionar o ambiente e enfraquecer a dimensão das reações do funcionalismo público é a terceirização dos serviços em todas as áreas da Fundac. O agravante nesta situação é que o servidor efetivo, que desenvolve atividades nas unidades finalísticas, encontra-se em desvantagem para realizar uma mobilização coletiva que vise paralisação dos serviços, como instrumento reivindicatório na defesa da sua integridade física, melhores equipamentos de trabalho, tratamento digno e respeitoso e melhorias salariais pois, dentro de um panorama em que os servidores estatutários são minoria, os impactos desta mobilização na dinâmica imediata do trabalho nas unidades seriam contornados porque os serviços seriam executados por trabalhadores da empresa prestadora de serviços, Fundação José Silveira. Entendemos que embora minoria, os estatutários por sua condição de estabilidade pode ampliar mais suas ações, que incluam interagir com trabalhadores de outras instituições públicas, para o melhor fortalecimento do serviço público e dos seus trabalhadores.

Os relatos dos trabalhadores revelam também o reconhecimento que os serviços prestados a população que hoje são desenvolvidos majoritariamente pela terceirização não são sinônimos de melhoria eficiência. Como vimos neste estudo, estas ideias são defendidas por diferentes governos para justificar a inserção da terceirização dos serviços públicos. Diversos autores aqui referidos, questionam este discurso.

Este reconhecimento por parte dos trabalhadores efetivos da Fundac é seguido por um sentimento de dor e revolta pois as investidas contra a identidade do funcionalismo na instituição foram dramáticas, sendo recorrente a culpabilização do trabalhador.

A descaracterização da Fundac enquanto instituição pública é visível e as ações voltadas contra os estatutários é uma forma dela se concretizar.

Todas estas mudanças significam perdas na efetivação ampla das políticas públicas voltadas para os adolescentes, o fazer do Estado conforme os valores do mercado, vai ser caracterizado por ações pontuais, segmentadas e pontuais não prezando, principalmente, a dimensão que envolvem as políticas públicas no seu caráter universal e sua integralidade pois, as políticas públicas são criadas e efetivadas a partir do interesse da ordem neoliberal.

REFERÊNCIA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed , São Paulo: Cortez. 2000

BEHRING, Elaine Rossetti. **As novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital**. In: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais.2009. Brasília. Disponível em http://www.prof.joaoasantas.nom.br/materialdidatico/material/3_-_As_novas_configuracoes_do_Estado_e_da_Sociedade_Civil_no_contexto_da_crise_do_capital.pdf acessado em : 25 set 2016.

_____. **Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez.2008

BAHIA, FUNDAC. http://www.fundac.ba.gov.br/?page_id=8 acesso em 02 set 2016

BAHIA. Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo(2015- 2024). Disponível em http://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/atos-infracionais-e-medidas-socioeducativas/planos_municipal_de_atendimento_socioeducativo/plano_de_atendimento_socioeducativo_ba_-_formatacao_final_para_impresao_sinase.pdf
Em 28/07/2017 às16h32

BRASIL. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil. 2001. Disponível em www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/.../doc/trabalho_domestico_40.pdf . Acessado 20 abr 2016

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. 1995 Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2016. Disponível em http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2016/09/nova_razao_do_mundo-laval-dardot.pdf. Acessado em 13 set 2017

DRUCK, Graça. A Terceirização na Saúde Pública : formas diversas de precarização do trabalho . Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v14s1/1678-1007-tes-14-s1-0015.pdf> Acessado 21 jul 2017

____ Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos. Caderno CRH. v 24. Salvador, UFBA. 2011. Disponível em www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf Acessado 20 mar 2016.

FERNANDES, D.C. Precarização do trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD ROM . Disponível em <http://www.gestrado.net.br/pdf/330.pdf> Acessado 20 set 2016

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares. O IDEÁRIO NEOLIBERAL: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. 2014 Disponível em <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11812> Acessado do 26 mai 2016

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade* In Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão: Projeto Profissional, espaços ocupacionais. CEFESS. 2012

____ O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7ª Ed. São Paulo : Cortez. 2009.

IASE, Mauro. As manifestações de Massa e a dimensão estratégica. Em: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária/ Maria Abramides, Maria Duriguetto (org). 1ª Ed. São Paulo: Cortez. 2014

LAKATOS, Eva Maria ;MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 2011

MATOS, Alessandra Gomes; MENDES, Maurílio Maurilio Castro de. Uma Agenda para os Conselhos Tutelares. Em: Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos/ Mione Apolinário Sales, Maurílio Castro de Matos, Maria Cristina Leal(Orgs) - 6ªed. São Paulo: Cortez. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 34ªed.Petrópolis. Vozes. 2015

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2010

PENA, Rodolfo F. Alves. "Consenso de Washington"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em 07 de ago2016.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Conflitos e precarização no mundo do trabalho"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conflitos-precarizacao-no-mundo-trabalho.htm>>. Acessado29 out 2016

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal. 25ª Ed. Rio de Janeiro: Record. 2015

SIMIONATTTO, Ivete. Gramsci: sua teoria , incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez.2011

SILVA, Amanda Santos. De Menor Infrator ao Adolescente em Conflito com a Lei: um estudo sobre o sistema socioeducativo . 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.
Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17732/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Amanda%20Santos%20Silva.pdf> Acessado 20 ago 2016

SILVA, Edith Seligmann. Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo. Cortez. 2011

VIOLIN ,Tarso Cabral. Uma Análise Crítica do Ideário do “Terceiro Setor” no Contexto Neoliberal e as Parcerias entre a Administração Pública e Sociedade Civil Organizada no Brasil. 2006. Dissertação(Mestrado). Universidade Federal do Paraná, CURITIBA. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp009454.pdf> acessado 28 Jul2017

ANA LÚCIA PIEDADE DOS SANTOS

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DOS SERVIDORES DA FUNDAC EM SALVADOR

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 30 de agosto de 2017.

Jacqueline Samagaia- Orientadora _____
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC

Ana Cláudia Caldas Mendonça Sêmedo – Examinadora _____
Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia
– UFBA

Rita Andreia Rehem Almeida Tourinho – Examinadora _____
Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

APÊNDICE A

Universidade Federal da Bahia
Instituto de Psicologia
Colegiado de Serviço Social
Roteiro de Entrevista Semiestruturado com os Estatutários
Unidade: _____

- 1) Tempo de vínculo na instituição Fundac e na Unidade?
- 2) Durante este seu tempo de trabalho você identifica mudanças de organização /gestão da Fundac?
- 3) Se sim, quais as causas destas mudanças ?
- 4) Quais as consequências destas mudanças nas condições de trabalho do servidor efetivo? (por exemplo: nas relações de trabalho com a gestão imediata e geral e com os colegas de trabalho; nos direitos; na sua atuação profissional; condições matérias de trabalho; restrições, etc)
- 5) E quais os rebatimentos na sua condição de vida?
- 6) Quais as mudanças provocadas pelos processos de terceirização na Fundac que você vivenciou?
- 7) Como está condição reflete na sua rotina de trabalho (exemplo; conflitos ou não na relação entre trabalhadores; conflitos na adoção de práticas de empresas privadas na instituição pública direcionadas aos terceirizados e as que visam incluir os efetivos, etc)?
- 8) Como os gestores gerenciam os conflitos advindos do processo de terceirização?
- 9) Á que você atribui esta opção do governo pela terceirização e não por realização de concurso público na instituição ?
- 10) Você acha que a existência de regimes de trabalhos diferentes na Fundac é prejudicial para o serviço público? Por que?
- 11) Qual a postura do empregador (Estado) com relação ao servidor público ?
- 12) Quais estratégias de enfrentamento poderiam ser desenvolvidas pelos servidores contra a precarização de sua condição de trabalho e dos serviços ?
- 13) Você participa de algum movimento de resistência ? Se sim , qual? Se não, por que?